

Entrevista Ana Carla BrunoLarissa Maria de Almeida Guimarães¹Vinicius Cosmos Benvegnú²Dione Coêlho de Souza³

Ana Carla Bruno é Pesquisadora Titular no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas desde 2007.

Sua trajetória acadêmica e profissional enraíza-se na área de Antropologia Linguística, com ênfase em Lingüística Indígena e nas interseções entre Língua, Cultura e Sociedade. Ana Carla tem se dedicado aos temas de revitalização e manutenção de línguas indígenas, relação entre língua e ideologia, e ainda língua e desigualdade social.

A partir de seu trabalho de campo com o povo *Kinja* (povo indígena Waimiri Atroari) desde sua graduação, Ana Carla Bruno ingressou no Mestrado em Linguística na Universidade do Arizona (EUA). Na mesma instituição, realizou o Doutorado em Antropologia e Linguística (já com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCTI).



¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM.

² Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM.

³ Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM.

Foto: Trabalho de campo entre os Kinja em 1997. Fonte: Ana Carla Bruno

O povo Waimiri Atroari é historicamente marcado pelo genocídio promovido pelo Estado Brasileiro, quando da construção da BR-174 (durante a Ditadura Militar no Brasil), tendo ainda sofrido impacto direto pela construção da Usina Hidrelétrica de Balbina no rio Uatumã, localizada no município de Presidente Figueiredo (Amazonas). Neste contexto, em meados da década de 1990, Ana Carla Bruno integrou parte da equipe de trabalho no âmbito do Programa Waimiri Atroari, decorrente do Termo de Compromisso TC-002/87 firmado entre Eletronorte e FUNAI, pensado como medida compensatória por todos os danos decorrentes da construção da UHE Balbina. Por este projeto, Ana Carla Bruno lecionou e realizou levantamento de dados sobre a língua Waimiri Atroari.

Assim, seus trabalhos refletem os cotidianos e as lutas de populações indígenas no estado do Amazonas, com enfoque nos processos de deslocamentos e territorializações, e ainda nos aspectos sociais, culturais, morfológicos e sintáticos das línguas indígenas junto às comunidades linguísticas, promovendo o entendimento político da diversidade linguística enquanto pauta tanto nos territórios tradicionais, quanto nos centros urbanos. Nesta entrevista, Ana Carla Bruno comenta ainda sobre a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e os movimentos realizados por indígenas no Brasil, frente ao histórico processo de silenciamento de suas línguas.

A entrevista foi realizada de forma remota por parte da Equipe Editorial da Revista Wamon, utilizando a plataforma *Google Meet*. Larissa Guimarães estava em Boa Vista, estado de Roraima. Vinicius Benvegnú, no Oiapoque, extremo norte do estado do Amapá. Dione Coelho e Ana Carla Bruno estavam em Manaus, no Amazonas. A transcrição do áudio foi realizada por Taiane Maiara Klein, a quem agradecemos imensamente.

Entrevistadores: Professora Ana Carla Bruno, primeiramente gostaríamos de agradecer por aceitar ser entrevistada para o próximo dossiê da revista Wamon, periódico no qual você compõe o Conselho Editorial desde o ano de 2015. O próximo dossiê tem como tema “Olhares e produções antropológicas em tempos de pandemia de COVID-19”, que tem nos atravessado desde março de 2020. Você, inclusive, passou a integrar dois projetos neste período pandêmico: os anos de 2020, 2021 e agora persistindo em 2022. O primeiro projeto, iniciado em 2020, intitulado “Diagnóstico e prevalência da infecção por Sars-Cov-2 em comunidades indígenas da área urbana de Manaus”, foi financiado pela CAPES. O segundo, iniciado em 2021, intitulado “Rede de mulheres indígenas, tradutores e cientistas: conexões para uma educação transformadora em ciências no Amazonas”. Suas pesquisas junto às populações tradicionais abordam desde processos de valorização e revitalização de línguas historicamente minorizadas, e também mais impactadas pela pandemia de Covid-19; assim como o reconhecimento e fortalecimento da participação de mulheres indígenas nos espaços acadêmicos, enquanto pesquisadoras, cientistas e também detentoras de conhecimentos e saberes tradicionais. Nós gostaríamos de começar por este período, o período pandêmico - como a sua produção acadêmica tem refletido sobre a pandemia e se seria possível não refleti-la. Você poderia comentar sobre estes trabalhos mais recentes e os resultados alcançados até o momento?

Ana Carla Bruno: Eu quero agradecer pelo convite para participar deste número da Wamon, sobretudo nesse cenário pandêmico e com a perspectiva de que vocês querem trabalhar sobre as questões antropológicas nesse período tão distópico que a gente está vivendo, e como isso afetou o nosso fazer científico. Eu acho que começa por aí. Não só afeta a vida das pessoas, o cotidiano das pessoas, o viver das pessoas, mas também o fazer científico dos cientistas, independente se

somos das Ciências Biológicas ou Ciências Humanas. Estando dentro de uma instituição científica como o INPA⁴, que trabalha nesse universo das Ciências Biológicas e da Saúde, e eu tenho essa formação Linguística e em Antropologia, tenho dialogado muito com pesquisadores de outras ciências. E isso me faz aprender muito. Eu acho que aqueles pesquisadores do INPA que também gostam de dialogar e ter essa perspectiva mais social, mais humana desse universo da Amazônia que vai para além de “fauna e flora”, conseguimos realizar um diálogo muito interessante. E assim foi nesses dois projetos que você citou inicialmente. O primeiro projeto sobre como indígenas da cidade, no universo urbano, estavam sendo afetados pela pandemia. Nessa impossibilidade de fazer pesquisas de campo, mas ainda assim na agonia de ver os meus interlocutores e de ver como os indígenas estavam sendo tão afetados durante a pandemia, eu fiquei pensando o que eu poderia fazer para ajudar meus amigos indígenas, meus interlocutores indígenas na cidade. A pandemia trouxe à tona e tirou o véu dessa desigualdade enorme que é Manaus e dessa tentativa de invisibilização promovida no estado. Então, conversando com esse amigo que é virologista do INPA, que era o coordenador do projeto na verdade... - eu só contribuí no processo de diálogo entre colocar os indígenas em contato com esse colega do INPA, que é virologista⁵ e tem um laboratório que trabalha com vírus. Ele tinha um projeto para tentar observar se essas comunidades eram mais infectadas ou não. Observamos que muitos políticos do estado aproveitaram o cenário pandêmico para levar testes para essas comunidades, mas a qualidade destes testes não era boa, e a impressão que a gente tinha era *“ah estão fazendo alguma coisa pelos indígenas”*, só que a gente percebeu que os teste não era de boa qualidade, então o Gemilson Pontes teve essa preocupação de adquirir testes de boa qualidade. Inicialmente a gente queria fazer em três comunidades, que era o Parque das Tribos, a Wotchimaïcü (Tikuna) e também em uma Comunidade Indígena Kokama do Ramal do Brasileirinho. E tudo começou numa reunião do NEPTA, o Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia, que eu faço parte dentro do PPGAS/UFAM. Então, teve uma reunião com o Ministério Público, com professores da UFAM e da UEA, com os vários estudantes do NEPTA, com esse pesquisador do INPA, e a gente viu com o pessoal da COPIME⁶ também que uma das demandas era justamente isso: acesso dos indígenas para fazer o teste logo naquele furacão de início da Covid-19, que muitos indígenas faleceram, muitos indígenas se encantaram. A gente conseguiu, teimando muito... porque vocês sabem da questão ética, era um diálogo com a Antropologia mas também tinha essa questão de ter que fazer coleta de sangue, e sabemos o quanto isso tudo é complicado dentro do universo da pesquisa científica. A gente submeteu para Conselho de Ética em Pesquisa do INPA, depois pediu para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CO-NEP) e esse trâmite demorou muito e as pessoas morrendo... mas a gente não podia começar sem ter as autorizações devidas. Demorou uns 6 meses. Nessa época foi um furacão, depois a pandemia deu uma descida, e quando a gente realmente conseguiu ir para as comunidades, foi quando de novo voltou o furacão. Ou seja, a equipe também estava se expondo. Mas a gente estava muito a fim de levar esse projeto a frente e a gente conversava muito com os indígenas nas comunidades e o diálogo que rendeu frutos foi com o Parque das Tribos, porque a Comunidade Kokama estava sendo literalmente dizimada, morrendo muitos Kokama (e aquilo agonizou muito a gente). Na Wotchimaïcü depois recuou, e a gente entendeu que tinha outras demandas, outras prioridades. E assim, claro, só funcionou porque a gente teve a articulação com a liderança de lá, da Vanda Wito-to, que ajudou muito como enfermeira nessa articulação junto com o Doutor Gemilson. A profes-

⁴ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

⁵ Gemilson Soares Pontes, biomédico com doutorado em Medical Sciences pela University of Tokyo. É pesquisador no Laboratório de Imunologia e Virologia do INPA, em Manaus/AM.

⁶ Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno.

sora Cláudia Baré, também que muitas das coisas que a gente fez no Centro Escolar localizado na casa dela, os testes que a gente fazia lá e também em uma igreja. De certa forma, o meu trabalho foi de coadjuvante, de articular essas pessoas, colocar essas pessoas juntas. A ideia mesmo era que estas pessoas tivessem acesso aos testes, aos resultados para que pudessem ser encaminhadas e tivessem acesso aos postos de saúde. Esta articulação e trabalho também só foi possível devido a parceria com o Luciano Cardenes, que era um outro antropólogo formado pelo PPGAS/UFAM, ele fez o Mestrado com a gente e depois fez o Doutorado na Unicamp. Nós ficamos responsáveis por pensar questões que entrariam no questionário epidemiológico. Então, a gente tinha o Gemilson como coordenador virologista, eu antropóloga, o Luciano antropólogo, e tinha estudantes de Doutorado do Gemilson, também nessa área de Virologia. E a gente começou o trabalho, todo sábado indo lá, fazendo os testes, dando os resultados... e tinha um médico da UFAM, Antonio de Pádua Ramalho, também participando porque não era só dar o resultado do teste, mas explicar o procedimento, o que deveria fazer, medicamentos que precisasse tomar... O projeto tinha suas limitações, a gente não tinha perna também... a gente se testava de 15 em 15 dias pra ver se a gente não era infectado, porque a gente estava no auge da pandemia lá. Mas eu acho que do ponto de vista antropológico, acho que isso que interessa a gente, foi um desafio muito grande. Quero resumir: esse projeto específico foi um desafio porque nosso trabalho, o da ciência, é um trabalho de intimidade. A Antropologia tem uma relação de intimidade com seu interlocutor. E aí, a gente está trabalhando em um período em que a gente não pode entrar nas casas das pessoas porque as pessoas estão doentes. A gente não pode abraçar as pessoas, a gente não pode ter trocas de afetos e imagina trabalhar com máscaras em que as pessoas não vêem seus rostos. Essa foi uma dificuldade muito grande nesse tempo todo. Eu me doutorei em 2003, mas eu nunca tinha passado por uma experiência onde as pessoas não podiam ver meu rosto porque eu estava de máscara, com *faceshield*, e como era difícil, pois o trabalho do antropólogo por essência é permeado por atos de fala. É permeado por discursos, por sussurros, palavras que são sussurradas. E a máscara, o *faceshield*, atrapalhava demais! Era uma agonia muito grande você ver o sofrimento das pessoas e não ser afetado. Acho que a pandemia trouxe à tona que a relação antropológica é uma relação de afetamentos com seus interlocutores. Não dá para fazer Antropologia sem ser afetado. E durante a pandemia, eu acho que isso foi exacerbado. Acho que finalizar com isso, no trabalho da Antropologia tem a questão das trocas: trocas de comida, trocas de contato e a gente passava o dia inteiro por lá. As pessoas ofereciam o que tinham, mas a gente muitas vezes precisava dizer “não” pra não ser contaminado, mas também a gente tinha um cuidado muito grande de não contaminar as pessoas. A equipe se testava muito para não levar COVID para a comunidade que já estava com muita COVID. Era um trabalho de levantamento e diagnóstico, epidemiológico, então tem uma outra lógica. Nas nossas conversas antropológicas, a gente senta, a gente toma café, a gente entra na casa das pessoas, a gente tem uma relação de convívio e de confiança com as pessoas. Nessa lógica, a gente tinha de ser rápido. O questionário não permitia que você tivesse uma conversa. É claro que houve ajustes, houve muito diálogo entre a equipe, mas ao mesmo tempo a gente não podia concentrar as pessoas num espaço, então as pessoas iam fazer teste. A gente chamava para conversar, mas não podia aglomerar, a gente tinha de liberar as pessoas. Isso foi um desafio. Acho que a pandemia trouxe à tona que para além do nosso exercício - que é um exercício de troca, de afetos, de subjetividades - tem a questão da vida. Tem a sua vida, mas tem a vida do outro também, não colocar o outro em risco. E esse projeto foi um desafio nesse sentido. Eu não sei se eu consegui passar o que foi a sensação de participar desse projeto.



Trabalho no Parque das Tribos em 2021 durante a pandemia de Covid-19

Fonte: Ana Carla Bruno

Larissa Guimarães: Eu acredito que sim, inclusive é um projeto de diagnóstico, não é? É um projeto de identificação de como estava acontecendo todo esse processo infeccioso de uma doença nova, uma doença desconhecida e que teve planos de gestão diferenciados. E junto às populações indígenas, um projeto político de gestão muito complicado, então a gente teve que enfrentar também vários processos problemáticos para prevenção e tratamento; até hoje a gente enfrenta muitos empecilhos, e esse contexto trouxe à tona novas formas de lidar com a pesquisa e afetamentos, de lidar com uma conjuntura bem complexa.

Ana Carla Bruno: Foi um processo de muita colaboração mesmo: um leva a comida; o outro, leva a água; um outro, leva uma doação de álcool gel para as pessoas que não tinham condições, muitas destas viviam com R\$150,00 por mês. Pessoas que, na sua maioria, eram artesãos e viviam do artesanato, e estes espaços estavam fechados. Essas questões também nos afetaram bastante. A gente queria mostrar como as populações indígenas - independente de estarem em seus Territórios Indígenas - os que vivem na cidade, também foram extremamente afetadas, e como os dados estavam invisibilizados no estado [do Amazonas]. Infelizmente a gente não conseguiu fazer nas outras comunidades também, porque a gente foi vendo que o número de testes que a gente conseguiu comprar era pouco... eram testes bem caros. E aí a gente foi se dando conta também de que muita gente, a maioria da população do Parque das Tribos, pelo que a gente já vinha vendo através do trabalho da Vanda Witoto, foi infectada pela Covid-19 sim, e evitaram muito de ir aos hospitais por medo de não voltarem. Alguns que foram recebiam “*se você é indígena tem de ser tratado pela SESAI*”. A gente tem muitos elementos para pensar como o Estado falhou com essas populações indígenas que vivem no universo urbano.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS EM TORNO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

E o outro projeto, “Redes de mulheres indígenas”, é em parceria com a Doutora Noemia Kazue Ishikawa. Há 17 anos a gente vem desenvolvendo trabalhos juntas no INPA, mas nesses últimos anos a gente tem trabalhado mais de perto. Ela tem a preocupação em traduzir materiais para as línguas indígenas, materiais de biologia, materiais de ciência. A Noêmia é bióloga, é doutora em Micologia, trabalha com os fungos, com os cogumelos amazônicos, então ela vem desenvolvendo um trabalho de guias especializados. Tem um guia Tukano de como coletar cogumelos, que ela traduziu com o Dagoberto Lima Azevedo, que é nosso aluno do Doutorado em Antropologia. Teve o trabalho também de guias da floresta sobre cogumelos bioluminescentes que a gente já traduziu para algumas línguas indígenas: Tukano, Nheengatu [língua geral], uma das línguas Yanomami, Kaingang. Durante a pandemia, a gente foi se dando conta que a maioria dos nossos parceiros de tradução desses materiais nas línguas indígenas eram homens e a gente tinha poucas mulheres tradutoras na participação. A gente foi olhar os materiais que a gente tinha e todos os nossos parceiros, que colaboraram com esses processos de tradução, de interlocução, eram homens. Em um domingo, a Noêmia ligou pra mim - a gente não para, a gente tem um grupo chamado “Insanas” - e falou: “*Ana, tem um edital da FAPEAM aberto, eu tô pensando isso e isso e isso. Eu me dei conta que nossos colaboradores das traduções são maioria homens, o que você acha da gente fazer um trabalho em que a gente puxa mulheres nesse cenário? Principalmente as mulheres tradutoras nesse processo todo?*”. Eu ainda estava muito abalada com o encantamento do pai das minhas filhas, mas falei: “*Acho ótimo!*”. E então eu fiquei pensando também na questão da Década⁷, pensando no papel das mulheres nessa questão da transmissão das línguas. Só que assim, a gente ainda estava no meio da pandemia. Então, a gente começou a pensar em quem poderia participar, possibilidades de quem poderia trabalhar, fomos pensar em bolsas para essas mulheres porque tradução é um negócio demorado, perpassa por um processo de compreensão, por um processo de negociação. Não negociação só do ponto de vista administrativo, mas negociação do ponto de vista conceitual, de compreensão e de entendimento, porque não é só traduzir palavra por palavra. Se eu levo a sério como o outro compreende as coisas, eu tenho que ter um entendimento mínimo e traduzir de uma forma com que o outro entenda, e que o outro possa burilar, processar, compreender o que a gente está querendo - até porque são questões do ponto de vista biológico das ciências. E também uma questão que o projeto quer respeitar são todos os níveis de conhecimento, respeitar o conhecimento do outro, e por isso não é só traduzir palavra por palavra. O projeto está muito parado ainda porque, de novo, com essas mil ondas dessa pandemia - parece que a gente não vai sair desse pesadelo - a gente pretendia fazer viagens para a região do Alto Rio Negro e para a região do Solimões, porque a gente quer ter mulheres que falem línguas diferenciadas, selecionar bolsistas pra entrar no projeto e no processo de discussão, que tipos de material dentro das escolas, de Ciências - pois a Noêmia é muito preocupada com isso - de ter material acessível de Ciências nas escolas indígenas: material que os povos indígenas acham que é importante. Então, assim, a gente tem discutido com algumas mulheres e conversado, mas esse projeto específico ainda não engrenou de vez porque a gente não conseguiu fazer as viagens ainda. Agora, final de abril de 2022, conseguimos ir para São Gabriel da Cachoeira (AM) e adiantamos muitas questões... Temos duas bolsistas Indígenas participando do projeto.

⁷ Ana Carla Bruno se refere à Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), que será abordada mais à frente.



Foto: Trabalho do projeto “Tradutoras Indígenas”, reunião em São Gabriel da Cachoeira, abril de 2022.

Fonte: Ana Carla Bruno

Larissa Guimarães: Gostaríamos de conversar também um pouco sobre a trajetória que lhe trouxe até esse momento. Indo um pouco mais para trás, a gente gostaria de conversar sobre a sua formação acadêmica e profissional. Enquanto antropóloga e enquanto linguista, o projeto da rede de mulheres traz um pouco disso, das mulheres indígenas tradutoras e cientistas - essa questão da comunicação é importante para a gente frisar. Então é um trabalho seu refletindo muito a sua atuação profissional. E a partir das suas pesquisas junto às populações indígenas no Amazonas, como os Waimiri Atroari, os Apurinã e os Paumari, a gente pode inferir que a sua produção reflete interfaces metodológicas e conceituais das duas disciplinas: da Antropologia e da Linguística. A gente lembra bem da sua fala no “Elas+Ciência na Amazônia”⁸ no ano passado, em que você falou um pouco inclusive desse momento da sua pós-graduação na Universidade do Arizona. Então, os seus trabalhos em meados da década de 1990 e durante a sua Pós-Graduação, trabalhando com os Waimiri Atroari pelo Museu Paraense Emílio Goeldi na época em que você foi bolsista de aperfeiçoamento do CNPq, e também pelo Programa Waimiri-Atroari, que foi um convênio entre a Funai e a EletroNorte. Enfim, são de grande importância para os estudos etnolinguísticos na Amazônia e no Brasil. Então, se você falasse um pouco desse contexto, o que a levou a trabalhar com populações tradicionais na Amazônia? Quais os motivos que a levaram a se aproximar das disciplinas, de Antropologia e Linguística, considerando sua área de formação em História e das suas escolhas profissionais; e de trabalhar com populações indígenas. Se você pudesse comentar

⁸ O projeto ELAS+CIÊNCIA na Amazônia, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS) no PPGAS/UFAM, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), é um podcast que busca promover a divulgação da produção científica de meninas e mulheres na/da Amazônia. Acessível em <https://anchor.fm/elasmaisciencia>.

um pouco desses contextos...

Ana Carla Bruno: Acho que eu fui criada num universo permeado por muitas histórias. Com avós que sempre contavam muitas histórias e também tive uma infância e adolescência compartilhadas com muitos primos. Nas férias, muitas brincadeiras de rua, empinar papagaio, fui criada ‘em bairro’. Então, acho que isso me deu essa curiosidade de saber de histórias, mas acho o que foi muito importante também, ainda no Ensino Médio, no final, nos quatro últimos anos eu tive um professor de História. Eu acho que essa é a grande diferença de você ter professores de História que sempre fazem ponte com a realidade, com o momento em que seu país está vivendo - isso na década de 1980. Um professor de História que alimentava nossa criticidade e sempre fazia paralelos da História do Brasil com as coisas que a gente estava vivendo. Então, minha Graduação em História foi muito fruto disso, pensando na história do nosso país. Ao mesmo tempo, eu queria fazer Letras, eu gostava muito de Letras mas do universo de Literatura, não do universo da Linguística. E por ironia do destino, não passei em Letras, passei em outro curso que não me identifiquei [Biblioteconomia]. Na Universidade Federal [de Pernambuco], nesse processo de não identificação, eu fui apresentada por acidente ao Núcleo de Estudos de Línguas e Culturas Indígenas - eu estava passando num dos corredores da Universidade Federal do Pernambuco e vi um Núcleo de Estudos de Línguas e Culturas Indígenas. O NEI - o nome era Núcleo de Estudos Indígenas - era coordenado pela minha primeira orientadora de PIBIC, a Professora Adair Pimentel Palácio, que morreu em 2020 - faleceu assim que entramos em 2020. Essa professora me apresentou um universo fascinante que era o universo das línguas. Aquilo definitivamente não era uma questão que passou na minha vida enquanto adolescente. Foi entrando na faculdade que descobri esse Núcleo, que existiam línguas tão complexas como inglês, francês, português, e que existiam culturas fascinantes. O Núcleo era cheio de artefatos indígenas, era um núcleo pequenininho... tinha uma chamada dizendo que era um curso e que duraria um ano, e apresentaria esse universo pra gente e eu lembro que na época entraram 40 pessoas pra fazer esse curso e a gente tinha encontro toda semana, ela dava aulas pra gente explicando: *“Aqui é o povo tal, a língua desse povo tal é assim, funcionando desse jeito”*. Ela ia apresentando através de conversas - a Adair era uma boa conversadora. Ela conversava e apresentava cada diferencial de cada grupo, um universo que foi uma explosão para mim. Na metade do curso, tinha menos de 20 pessoas. Além de apresentar as culturas, ela treinou a gente com fonética e fonologia, como transcrever essas línguas indígenas com sons diferentes do português. A gente tinha de fazer exercício e devolver a cada encontro que a gente tinha com ela. Resumindo, eu só sei que fiquei um ano com a Adair. Tinha um grande projeto do CNPq que era para identificar e pesquisar essas línguas. Então imagine naquela época, eu estudando a língua, e quem resistiu nesse curso até o final foi contemplado com uma viagem para o Acre. Foi assim que caí no Acre e fui apresentada para aquele universo e a gente foi recepcionado pelo pessoal da CPI -Acre (Comissão Pró-Índio do Acre) em parceria com a Adair Palácio, que era da UFPE. E aí que eu me encantei, eu fui para um aldeia Shanenawa em Feijó/AC. Fiquei um mês e conheci alguns Kaxinauá, que hoje se identificam como Huni Kuin, coletei dados dessa língua Shanenawa e quando a gente voltou, a ideia era que eu faria um PIBIC pra estudar essa língua.

TRABALHO DE CAMPO E O FAZER ETNOGRÁFICO ENTRE E COM OS WAIMIRI ATROARI

Mas aí nesse meio tempo, veio os Waimiri Atroari. Eu lembro que na minha faculdade de História houve uma apresentação do CIMI falando da construção da hidrelétrica de Balbina e como que Balbina afetou e estava afetando os Waimiri-Atroari. Aquilo ali, aquela palestra do CIMI, do Professor Edson Santos, que hoje é historiador na UFPE, mas na época trabalhava no CIMI. Aquilo ali me afetou de um jeito que eu falei: *“O que é isso? Como é que se destrói a vida de um povo por causa de uma hidrelétrica?”*. A Adair Palácio veio [ao Amazonas] ministrar um

curso para os professores não-indígenas que trabalhavam com os Waimiri Atroari, e quando ela retornou pro Recife, ela falou: “*Os Waimiri Atroari estão precisando de professor. Você toparia, Ana Carla?*”, porque ela percebia minha insatisfação no curso de Biblioteconomia na UFPE, eu não me encontrava no curso, não era aquilo que eu queria, ao mesmo tempo eu gostava muito do curso de História mas era uma universidade paga [Universidade Católica de Pernambuco/Unicap] e meus pais não tinham condições, eu tinha de ter uma bolsa. Eu ficava na UFPE porque não sabia se eu ia conseguir me manter na Unicap, a Universidade Católica. E aí, eu topei vir para o Amazonas, trabalhar com os Waimiri Atroari e inicialmente era pra ficar um ano. Sei que “convencemos” meu pai, que ficou muito chateado; mas minha mãe me deu sempre muito apoio. Eu vim com a ideia de ficar um ano... o que se tornou quase três anos convivendo com os Waimiri Atroari, escutando histórias e vendo as pessoas nascerem, morrerem, participando de rituais... aquilo foi me encantando demais e eu falei: “*Cara, eu quero fazer mestrado em Antropologia*”. Não tinha nem terminado minha graduação ainda. Como eu tinha treinamento com Adair, eu coletei muitos dados sobre a língua e trabalhei numa comunidade que tinha um contador de histórias que contava muitas histórias, então eu tinha transcrições de histórias Waimiri Atroari, histórias do cotidiano, histórias mitológicas. Voltando para o Recife, Adair colocou-me em contato com coordenador de pesquisa da área de linguística do MPGE, Denny Moore, pois lá tinha um grande projeto sobre línguas Karib no Brasil coordenado por um pesquisador americano chamado Spike Gildea, que estava vinculado ao Museu Paraense Emílio Goeldi nessa época. Isso foi em 1994 quando concluí meu curso de História, e nesse período também tive uma bolsa de iniciação científica com Adair. Meu primeiro trabalho de iniciação científica foi com a língua Waimiri Atroari. Lembro que ganhei o primeiro lugar do prêmio de iniciação científica na época. A ideia era: “*Eu quero voltar pra morar com os Waimiri Atroari e depois quem sabe eu vou estudar Mestrado, Doutorado, sei lá*”.

FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E PESQUISA COM POPULAÇÕES INDÍGENAS NA/DA AMAZÔNIA

A ideia era voltar para os Waimiri Atroari. Só que nesse meio tempo, um pesquisador do Museu Emílio Goeldi entrou em contato com a Adair - ela foi o meu fio condutor nessa coisa toda. Eu sempre tive muita sorte e afinidade com meus orientadores, desde PIBIC, Mestrado e Doutorado. Acredito que a função do orientador não é fazer nada por nós, mas sim pegar na mão e mostrar universos paralelos, mostrar coisas que é possível fazer... penso que é muito por aí. Esse pesquisador que vinha dos Estados Unidos e estava interessado em línguas Karib do Norte e línguas Karib do Sul, perguntou se eu não queria fazer parte do projeto dele. Eu lembro que ele fui muito resistente e durante um ano ele continuou ligando para minha casa no Recife: “*E aí, você já decidiu?*”. E eu sempre dizia que ia voltar para os Waimiri Atroari, que nesse momento eu queria voltar e ter mais experiências com os Waimiri Atroari porque ainda não tinha caído a ficha de fazer Mestrado e Doutorado. Meu negócio era viver, experienciar aquela troca com os Waimiri Atroari. Eu não tinha planos de fazer Mestrado, Doutorado. Poderia um dia, mas a ideia era voltar para os Waimiri Atroari e continuar levando entre aspas aquela minha “vida de professora” em que os Waimiri Atroari me ensinavam mais que eu ensinava eles. Mas terminei indo para o Museu Goeldi, terminei minha Graduação em 1994 e fui para o Museu com a condição de que iria passar pelo menos 3 meses a cada ano entre os Waimiri Atroari, mesmo sendo bolsista. Eu queria ficar muito tempo com os Waimiri Atroari e nesse período a gente teve um processo de negociação, de explicar. Não seria aquela que morava entre os Waimiri Atroari, vivia e ensinava a eles. Foi todo um processo de negociação, entender que “*vou morar em Belém, mas um mês e meio a cada semestre eu fico com vocês aqui trabalhando junto com a língua de vocês, o que é que vocês acham?*”. Negociação com o programa também, e assim se deu até eu ir para os Estados Unidos fazer o Mes-

trado sobre a língua Waimiri Atroari. Todos diziam: “*Você tem muitos dados sobre os Waimiri Atroari; você conhece a língua Waimiri-Atroari; é Linguística que você tem de fazer*”. Só que eu não queria fazer só Linguística. Queria entender a língua nesse contexto mais social, político, cultural. Como vinha da História, me atraía muito mais o universo antropológico do que o universo linguístico - apesar de gostar também. Mas eu me via muito mais num Mestrado, Doutorado em Antropologia do que na própria Linguística. Só que nas trajetórias de vida que a gente vai escolhendo, encontrando as pessoas no mesmo caminho, no início eu me encontrei muito com muitos linguistas. Denny Moore⁹, que foi meu orientador no Museu Goeldi, foi essencial por tudo o que sou hoje enquanto pesquisadora. É muito fruto desse contato com esse universo. Com Denny aprendi não só o universo da Linguística, aprendi o universo das questões de sustentabilidade e de que tem de ter um retorno para os indígenas. A pesquisa precisa ter um retorno para os indígenas! E eu acho que o Denny é um cara que sempre foi isso. Adair me guiou no caminho de me apresentar os universos indígenas e o respeito à língua e à cultura desses povos. Mas o Denny, como segundo orientador, me guiou nesse sentido de que qualquer trabalho de pesquisa necessita ter um retorno, que seja um material didático... elaborar a ortografia para eles... que seja um projeto de sustentabilidade para eles. Então além da questão técnica e científica da Linguística, o Denny tinha muito esse olhar apurado, como com os povos indígenas Gavião que ele sempre estudou, em Rondônia. Essa preocupação que ele tem de trazer projetos de sustentabilidade e alternativas para os indígenas, a preocupação de como o garimpo interfere... Ele tinha esse universo de entender a gramática da língua, mas sempre essa preocupação política na vida dos indígenas. Eu acho que toda a minha formação foi muito por aí. Pesquisa científica é importante? É. Mas o processo de negociação com seus interlocutores têm de ter respeito, tem de ter sinceridade desde o início e você tem de deixar claro suas possibilidades e seus limites, porque você não pode prometer coisas que você não pode fazer, que estão fora do seu alcance. E nesse processo, depois de ficar quase dois anos em Belém, nesse trâmite de ficar dois meses entre os Waimiri Atroari e Belém, nesse trâmite depois eu parti para fazer o mestrado em Linguística Formal, linguística bem Chomskyana ... aprendi muito. O que aprendi também - e o que me encantou - é que a Universidade do Arizona é um paralelo com a Universidade do Amazonas (é o que sempre digo que). O Arizona é um estado muito parecido com o estado do Amazonas no sentido da diversidade linguística e cultural. Lá tem muitos povos indígenas. Minha orientadora no Mestrado era uma indígena Tohono O’odham, Ofelia Zepeda¹⁰. Ela me mostrou um universo que era um universo muito desconhecido para mim no Brasil ainda. Onde no Brasil tinha orientadores de Mestrado e Doutorado indígenas? No Brasil, acho que isso ainda não é uma realidade. A gente tem muitos colegas mestrandos e doutorandos indígenas. No Arizona, tem um departamento, “*Native American Faculty*”, que é composto por muitos professores indígenas. Indígenas médicos, indígenas linguistas, indígenas antropólogos, educadores. No departamento de Antropologia tinha um indígena dando aula sobre o Dicionário Hopi, era um senhor idoso, um *expert* em Hopi que dava aula na Antropologia. Terminou que no Mestrado eu passei direto para o Doutorado, eu não precisei defender uma Dissertação. Eu fui me encantando, e lá no Arizona tinha um programa conjunto entre Antropologia e Linguística, o que me motivou ir para o Arizona com essa possibilidade de criar um diálogo com a Antropologia, porque eu não queria ficar apenas discutindo com a Linguística. Com isso acabei mudando a orientação pois a Ofelia Zepeda era muito mais da Linguística. Fui trabalhar com Jane Hill, minha orientadora do Doutorado. Jane trabalhava com línguas indígenas da fronteira entre México e Es-

⁹ Linguista e antropólogo norte-americano, pesquisador no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém/PA.

¹⁰ Professora na Universidade do Arizona (EUA), Zepeda é poeta e linguista povo indígena Tohono O’odham. A língua O’odham é uma das línguas uto-astecas, que formam o grupo linguístico de maior extensão territorial das Américas, abrangendo populações indígenas nas Américas Central e do Norte.

tados Unidos, então ela trabalhava nesse universo de língua e política, língua e identidade. Apesar da minha tese ter sido muito mais no ponto de vista gramatical, eu nunca deixei de pensar e nunca deixei de me interessar por esse processo onde a língua é permeada e é inserida em um universo de crenças e ideias que não estão soltas no ar. Tem um universo político e social aí que fala muito daqueles falantes. A crença que aqueles falantes têm sobre suas línguas e a crença que os outros têm sobre a língua daqueles falantes. Foi assim que eu fui dialogando com esses dois universos. Ao voltar para o Brasil eu me insiro dentro de um instituto que é por essência um instituto das Ciências Biol do Ministério de Ciência e Tecnologia... então, assim, minha vida está permeada por essa interdisciplinaridade. Hoje eu consigo ver: na História, eu carrego muito a ideia das trajetórias. Lá atrás, quando eu fazia História, essa discussão da História Nova, da História Oral, estava começando ainda. Então não se tinha muito essa ideia da trajetória dentro do departamento de História que eu fiz, não. Mas, hoje eu vejo essas conexões. E pensar não só sincronicamente os grupos sociais com que a gente trabalha, e os interlocutores que a gente dialoga, mas pensar diacronicamente. É preciso pensar os contextos e condições diacrônicas e sincrônicas dos nossos interlocutores para poder entender o que é que está acontecendo hoje com a vida dessas pessoas... e como também me encanta tentar entender a trajetória: não a história linear das pessoas, mas como as redes de relações dessas pessoas faz com que elas se situem no universo onde elas estão localizadas. No Brasil, a Antropologia e a Linguística se separaram muito, são áreas muito independentes. É óbvio que cada uma tem seus métodos, tem suas questões teóricas muito bem delimitadas, as duas são muito bem estabelecidas, não podemos deixar de ver isso. Mas a impressão que eu tenho é que poderiam dialogar mais, e eu vejo que a Antropologia por essência - como já falei no início - é permeada por atos de fala, é permeada por discursos, ela é permeada por fofocas, ela é permeada por narrativas, por conflitos e que tanto se dão no silêncio mas também se dão através das falas. Eu vejo que não tem como separar essas duas perspectivas. Estou permeada nesse universo, onde se pensa língua no contexto da cultura onde ela está inserida e sobretudo pensando que essa língua é falada por um falante, que tem trajetórias de vida, que está inserido dentro de um contexto, que está inserido dentro de uma rede. E assim se deu minha formação. E não é análise de discurso, é etnografia!

Larissa Guimarães: Professora Ana Carla, tive a oportunidade de participar de uma disciplina ministrada por você e pela professora Márcia Calderipe, docente no PPGAS/UFAM e uma das organizadoras desse dossiê da revista Wamon. Na disciplina “Leituras etnográficas de gênero”, ofertada durante a pandemia de COVID-19 em 2020 no PPGAS, foi inclusive uma das primeiras disciplinas no programa a ser ministrada em formato totalmente remoto, com aulas síncronas. Eu recorro que uma das aulas teve como tema “*Mulheres indígenas, organizações sociais e movimentos*”. Em outros momentos trabalhamos com teses e dissertações produzidas por pesquisadoras indígenas, como a Sandra Benites e a Iranilde Barbosa Santos. Suas falas nos espaços acadêmicos, universitários, enfatizam muito os desafios que foram enfrentados por mulheres pesquisadoras, mulheres indígenas pesquisadoras, como questões de raça, etnia e gênero e como essas questões atravessam a presença e participação das mulheres nos espaços de produção de um determinado saber. Buscar nosso lugar de fala, problematizando os paradigmas postos/impostos e as relações de poder que estão muito presentes nesses espaços de construção de saber. A pergunta seria: a partir da sua atuação no INPA desde 2004, no PPGAS UFAM desde 2007 (você está no PPGAS desde o início do programa), como essas questões foram se inserindo nesses espaços de construção do saber científico?

Ana Carla Bruno: Incrivelmente aprendi muito naquela disciplina que Márcia e eu ministramos, porque na realidade na minha trajetória acadêmica eu nunca tinha dado a atenção devida às questões de gênero. Não era pauta, tema, objeto de assunto das minhas pesquisas, mas no decorrer

dessa vivência no PPGAS, convivendo com a Márcia, convivendo com Raquel, convivendo também com a professora Fátima e mais recentemente com a Flávia eu fui vendo como a questão de gênero está implicada nas questões da língua também. Nas questões de produção de conhecimento dessas mulheres. É pensar como que determinados conceitos, de erudição e de ciência estão intrinsecamente ligados à questão de poder, à questão de autoridade racial, à questão étnica, à questão de gênero. E aí na minha formação – eu costumo dizer que tenho uma preocupação muito grande de sempre estar pensando e estar nesse viés – nesse lugar de ser linguista e ser antropóloga, mas eu penso muito nessa questão de língua e cultura que não existem *in vitro*. Apesar de estar numa instituição que por essência estuda as questões biológicas – e tenho aprendido muito com meus colegas biólogos, micólogos, ecólogos – na minha formação, na minha trajetória, até por ter esse viés duplo da Linguística e Antropologia, não dá para conceber línguas como existindo *in vitro*. Elas existem dentro de uma organização social, que está permeada por contextos históricos, que é atravessada por elementos de poder, e pensar língua e cultura nessa questão também virá atravessado por questões de gênero. Só que questões de gênero é uma coisa muito recente na minha trajetória acadêmica. Eu não sou especialista em gênero. Gosto muito de ressaltar isso. Tenho aprendido muito com as minhas colegas através das leituras e também para orientar alguns alunos que de certa forma querem tratar de algum aspecto de gênero nas suas dissertações ou teses. Mas não vem da minha formação, é muito mais por esse estabelecimento de contato com colegas do PPGAS que trabalham gênero e aquela disciplina que você mencionou logo no início da tua pergunta, foi muito importante. O convívio com a Márcia me estimulou a ir atrás de materiais produzidos por mulheres indígenas para pensar também a questão de gênero. A Olga Macuxi, a Iranilde [Barbosa Santos] que foi orientada pela Maria Helena Ortolan, também foi minha aluna e eu escutava muito os desafios e as demandas, acredito que a Olga queria discutir violência na dissertação dela, mas no decorrer do processo creio que ela se deu conta que também era vítima de violências, de diferentes tipos de violência na trajetória de vida dela. Foi muito interessante fazer parte da sua banca, acompanhar o seu processo de construção, de trabalho, de diálogo com Maria Helena, e o nosso próprio diálogo. Minha construção para pensar gênero é muito recente, dos últimos três, quatro anos. Não é minha especialidade, e se alguém no PPGAS vai ser orientado, digo: “*se o foco é gênero, vai com a Márcia [Calderipe] ou com Raquel [Wiggers], Fátima [Weiss] e agora Flávia [Melo], nossa coordenadora [do PPGAS/UFAM]*”. Porque eu acho que elas são realmente as especialistas. Mas ironicamente, estou corrigindo a tese da Jeiviane Justiniano, que é discente no PPGAS/UFAM e foi orientada do meu amigo Frantomé [Bezerra Pacheco], meu colega de tantas disciplinas e colaboração nesse viés entre língua e cultura. Como o Frantomé se encantou¹¹, eu fiquei orientando a Jeiviane, e o tema dela, por essência, é mulheres indígenas no Movimento Indígena, mas pensando nessa questão de voz, nessa questão de discurso, então não dá para fugir disso. Muitas vezes a gente tem a postura de: “*Terminei meu doutorado e já sei tudo*”. Não, eu estou aprendendo constantemente. Em cada disciplina, eu aprendo muito nas trocas com os alunos, eu acho que qualquer profissional tem de se permitir sempre estar aprendendo, pensar que o espaço acadêmico não é neutro. Na academia, qual tipo de conhecimento que sempre foi valorizado, que sempre foi permitido? Aí, puxando novamente para essa questão das mulheres indígenas e indígenas em geral. Os indígenas por muito tempo no decorrer da nossa disciplina – não só na Antropologia, mas também na Linguística – foram sempre objetos e temas da produção de conhecimento da Linguística quanto da Antropologia. Mas acho que nos últimos anos a gente tem visto um movimento de *agora eles são produtores desses conhecimentos* e isso é muito legal.

¹¹ O Professor Frantomé Bezerra Pacheco “se encantou” em julho de 2019. Professor do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS/UFAM), Frantomé atuou no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM.

Como falei para vocês, vim de uma universidade onde tinha um departamento “*Native American Faculty*”, um departamento de indígenas produzindo conhecimento em Antropologia, em Educação, em Ciências e em Biologia. Tive uma orientadora de mestrado indígena também. Ter colegas indígenas nesse processo, na academia como produtores de conhecimento independente do viés teórico ou das correntes em que eles se proponham a trabalhar e discutir, é muito importante! Acho que não dá mais para gente não ter a presença indígena e negra dentro da Universidade. É uma questão que acho que a gente tem de ficar sempre pensando também, sobretudo, quando a gente pensa nesses conceitos que estão ligados ao poder e à questão de raça, de gênero, de ética.

PENSANDO GÊNERO

Voltando para as questões de gênero, quando estudamos “Teoria Antropológica I” e “Práticas de pesquisa”. Sempre estudando Margaret Mead, Ruth Benedict, mas a gente nunca fala da Deloria¹², que foi uma estudante indígena do [Franz] Boas. A gente nunca fala da Zora Hurston¹³, que também foi uma aluna do Boas. Essas mulheres ficam invisibilizadas! Uma, indígena; outra, negra. Ou seja, na história da Antropologia também colocou determinadas pessoas à margem. Eu acho que a gente tem de estar muito atento para trazer à tona essas pessoas que sempre foram temas de pesquisa, mas que nunca são colocadas como produtoras de conhecimento. Não sei se divaguei, mas acho que é mais ou menos por aí. O INPA tem me feito pensar muito nesse universo entre Ciências da Natureza e Ciências Sociais, essa relação de aprender com o outro. Agora, estava tentando aprender sobre cogumelos – não sou especialista de cogumelos, mas sempre estou trabalhando com a Noêmia e acho que é um diálogo muito produtivo, daquele projeto de mulheres tradutoras indígenas. Mas eu sempre pontuo meu lugar de fala. Não sou especialista como essas pessoas. Eu estou colaborando com eles, eu aprendo com eles e eles comigo; pensando esse universo social e político, que é permeado por relações de poder. Qualquer área vai refletir essas questões também.

LINGUÍSTICA ANTROPOLÓGICA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO NA AMAZÔNIA

Larissa Guimarães: Acho que a próxima pergunta inclusive dialoga com o que você acabou de nos falar e aqui no PPGAS da UFAM você integra a linha de pesquisa “Povos indígenas e povos tradicionais: territorialidades, políticas e movimentos sociais”. Ainda coordena os grupos de pesquisa: “Histórias, línguas e culturas indígenas” e você havia falado anteriormente neste primeiro momento na entrevista do Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia, junto com as professoras Theresa Menezes e Maria Helena Ortolan. Você poderia comentar sobre as

¹² Ella Cara Deloria, Yankton Dakota, também chamada Anpétu Wašté Wiŋ, foi uma linguística, etnógrafa, antropóloga e escritora indígena nascida nos Estados Unidos da América. Trabalhou diretamente com Franz Boas, com quem publicou o *Dakota Grammar* (1941). Autora de *Dakota Texts* (1936), Deloria nos apresenta uma vasta narrativa da mitologia e do folclore Sioux em sua língua original, traduzindo-o ainda para o inglês. Cf. <https://ea.fflch.usp.br/autor/ella-cara-deloria> (acessado em 01/04/2022).

¹³ Zora Neale Hurston foi uma antropóloga, folclorista, cineasta e escritora afro-americana. Orientanda de Franz Boas, Hurston desenvolveu trabalhos sobre o *vodu* no sul dos Estados Unidos da América e na América Central. Autora de *Barracoon – The Story of the Last Black Cargo* (2018). Cf. LOURENÇO, Vanessa Cândida. Antropóloga, Mulher e Negra: Sobre a trajetória de Zora Neale Hurston / Vanessa Cândida Lourenço - 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, 2019. BAQUES, Messias. 2019. “Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. Ayé”. *Revista de Antropologia*, 1(1):102-105.

pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento no INPA e no PPGAS-UFAM contextualizando a Antropologia Linguística? O campo, os desafios, a relação entre Antropologia Social considerando que o PPGAS é um Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Antropologia Linguística e ainda com o ingresso de discentes indígenas no PPGAS-UFAM realizando suas pesquisas neste campo.

Ana Carla Bruno: Acho que o primeiro ponto é pensar assim, três aspectos que acho que são importantes – e acho que já falei isso no começo. Primeiro, eu fui fazer meu Doutorado fora porque eu queria ter essa interlocução entre Antropologia e Linguística; segundo, porque as pessoas sempre diziam para mim: “*Você tem muitos elementos para discutir linguisticamente a língua Waimiri Atroari*”. Mas eu tinha – talvez por vir da História – essa relação mais de afetamento com Antropologia. Então, eu queria ir para um programa em que eu pudesse dialogar com essas duas questões. Mas não dá para dizer que nunca existiu Linguística Antropológica no Brasil. Talvez não existiu Linguística Antropológica no formato em que eu me formei na Universidade do Arizona. Mas não dá para a gente ser injusto. Porque se a gente pensar a própria criação do programa de Antropologia no Museu Nacional com os quatro campos - Antropologia, Antropologia Física, Antropologia Social e Linguística -, poderia-se dizer que no Museu Nacional, quando se formou o programa de Antropologia, havia sim essa preocupação de pensar os quatro campos. Mas acredito que aqui no Brasil foi se formando uma certa peculiaridade. Se dialoga, mas não se pensa que as duas coisas estão entremeadas. Uma exceção é a formação da Linguista e Antropóloga Bruna Francheto do Museu Nacional. Penso que ela é pioneira neste diálogo. A área da Linguagem da Unicamp, por exemplo. Não sei a Antropologia da Unicamp, mas se a gente for pensar a Linguística da Unicamp, o próprio professor Frantomé se formou lá, fez Mestrado e Doutorado lá, tenho colegas professores da Unicamp, que também tinham essa preocupação de pensar a língua e seu contexto social e cultural. A Professora Lucy Seki, também já falecida, trabalhou com os Kamaiurá no Xingu. Ela também tinha a preocupação de pensar a língua nesse contexto cultural. Mas o que eu digo hoje é: pensar a Linguística Antropológica como ela é pensada nos Estados Unidos – que é como foi a minha formação. Lá, você está pensando língua e cultura, pensando questões de afirmação de poder, pensando processos de socialização, pensando a questão de gêneros de fala não do ponto de vista da área da Análise Discurso, mas através do diálogo com a Antropologia, fazendo etnografias. Mas pensando um campo que é muito pouco estudado no Brasil, e é um campo que eu gosto muito e que estou muito atenta é a questão das ideologias linguísticas, que são as crenças, as ideias que os grupos têm sobre suas línguas e as línguas dos outros, no Brasil isso não é muito explorado. E na minha formação tive disciplinas específicas e semestres inteiros, com autores que trabalham estas questões. Então acho que ainda no Brasil há pouca discussão sobre isso. E quando Frantomé estava entre nós, a gente dava uma disciplina, por muitos anos, chamada Língua e Cultura, em que a gente pensava essas questões. E pensava que o universo antropológico era permeado por atos de fala. Uma questão que é importante pontuar, e aí eu vou chegar no ponto é que Linguística Antropológica, falo um pouco no Brasil, está muito associada a língua indígena. E Linguística Antropológica não necessariamente volta-se para as línguas indígenas. A própria História da disciplina, quando falo da Zora Hurston, com o Boas, ela já estava preocupada em pensar a diversidade formas e maneiras de falas que os negros no interior nos Estados Unidos utilizavam. Então, há uma interface ali, vai para além de pensar nos indígenas, mas pensar a língua e seus contextos políticos e sociais também em universos urbanos. Pensar hoje as questões de que determinadas línguas “têm mais valor” do que outras e por que isso. Ou seja, a língua não está *in vitro*, a língua está permeada por contextos de poder. Pensar Linguística Antropológica não está simplesmente associado a questões de língua indígena. Está associada a questões muito mais amplas que é pensar nessas relações de língua e poder. E aí, voltando para questão do NEPTA, como é que me insiro no NEPTA? Nesse grupo, a gente fazia parte da Cartografia Social, coordenada

pelo Alfredo Wagner. Como a Thereza inicialmente era vinculada à Cartografia Social, depois a gente aprovou um projeto pela FAPEAM, um projeto com muito recurso, sobretudo para pensar dois universos etnográficos: um que era o vale do Javari, que era coordenado pela Professora Maria Helena que tinha alunos que trabalhavam naquela região; e o outro coordenado pela professora Thereza Cristina Cardoso Menezes, com alunos que trabalhavam na região do Purus, e sobretudo pensando naquela região de Lábrea, Canutama. E como é que me insiro nisso? Como eu nunca dissociéi línguas de questões de poder, línguas de questões políticas, então junto com a Thereza a gente foi pensando nesses processos de territorialidades linguísticas. Como é que os indígenas num espaço urbano acionaram micropolíticas para manter a língua. Esse foi o meu foco no projeto. Claro que a gente estava pensando em outros tipos de territorialidades: unidades de conservação, Terras Indígenas, os conflitos, questão de desmatamento. Eu estava atenta para essas questões, mas as minhas pesquisas específicas eram pensar as estratégias de territorialização linguística no universo urbano de Lábrea. E assim foi se dando, acho que ultimamente tenho falado com Alfredo, no final do ano passado, ainda está muito no plano das ideias, não tem nada concreto, mas estou muito interessada em pensar essa questão das violências linguísticas, tipos de violências que as comunidades indígenas passam referentes a suas línguas. Para dar um exemplo mais claro, em Lábrea, os não indígenas ficavam incomodados de ver os indígenas falando em suas línguas na praça. Em muitas entrevistas que fiz com não-indígenas, eu escutava: “*Eles ficam enfeitando a praça falando nas suas línguas*”. As pessoas se silenciavam por tanta violência que foram vivendo nas suas trajetórias de vida. Escondiam a identidade indígena. Estou atenta para essas questões, como é que os indígenas acionam micropolíticas linguísticas para manter suas línguas. Mas agora, eu gostaria de fazer um projeto para pensar essas violências linguísticas cotidianas que os indígenas sofrem. Estou muito nesse processo de pensar em territorialidades linguísticas. É por isso que eu estou no NEPTAR, que trabalha essa questão das territorialidades mas em múltiplos sentidos.

Vinicius Benvegnú: Eu fiquei pensando sobre essa questão das violências e das ideologias linguísticas. É uma questão paradoxal: os não indígenas se incomodam que os indígenas falem suas próprias línguas, mas ao mesmo tempo cobram dos povos indígenas que eles falem as línguas nativas para serem considerados indígenas. Essa ideia do purismo. O que vejo muito lá no Oiapoque (Amapá): o povo Palikur, que fala a língua Palikur - *parikwaki* que eles chamam; os Karipuna e os Galibi-Marworno passaram por um processo histórico e falam a língua *kheoul*, que carregado pelo preconceito era chamada de *patuá*. E daí eles ficam constantemente nessa ideia – os Galibi Marworno e os Karipuna – de falar: “*eles não tem mais a própria língua, eles falam o kheoul*”. Ao mesmo tempo, sentem estar perdendo o *kheoul*. Só para entender como parece paradoxal que haja o preconceito de quem fala, mas ao mesmo tempo se exige dessas populações que elas tenham essas línguas nativas, línguas maternas, para serem consideradas indígenas.

Ana Carla Bruno: Penso que é importante pensar essa discussão dentro da Pós-graduação. É até engraçado isso. Está entre nós. Entre nós que eu digo, profissionais da área. Porque lembro que no começo, no PPGAS, se pensava muito na presença do Frantomé e os próprios alunos e colegas professores falavam: “*Ah, não vamos estudar fonética e fonologia não, né?*”. Quando a gente começou “Língua e Cultura” pela primeira vez, a gente tinha 5 ou 6 alunos, acho que foi em 2007, quando entra Frantomé. Os alunos pensavam – nossos colegas professores também – que a gente ia dar fonética e fonologia. E nunca passava pela cabeça que a gente ia pensar essas questões da língua, num universo mais amplo e não necessariamente apenas na língua indígena. Os nossos alunos que vinham estudar com a gente no começo, eram aqueles que queriam estudar alguma população indígena e achavam que a gente estudando Língua e Cultura iria facilitar o aprendizado de línguas indígenas de uma certa forma. Não pensavam nessas questões que estou problematizando e levantando. Inclusive que não necessariamente está permeado só pelo universo indígena: se a

gente pensar no discurso político de uma liderança que não necessariamente é indígena, se a gente pensar como é que mulheres são silenciadas em determinados contextos – não necessariamente mulheres indígenas – a gente está pensando nessa relação de língua e cultura! A última vez que essa disciplina foi ministrada, a gente tinha mais de 20 alunos e foi muito legal porque os próprios alunos diziam: “*Não pensei que a gente tivesse tantas questões que pudesse dialogar com a Linguística e a Antropologia*”. A interface existe, mas as duas áreas são muito fortes e estão muito consolidadas. A Linguística é muito consolidada no Brasil, a Antropologia é muito consolidada no Brasil, mas a Antropologia foi se distanciando da Linguística, a Linguística foi se distanciando da Antropologia. Acho que existe uma questão que é importante a gente pensar: as línguas não andam sozinhas pelo mundo. Elas não são apenas estruturas e gramáticas, elas são corporificadas através de seus falantes, que têm uma forma de agir, uma forma de pensar, que têm redes de relações, que têm formas de categorizar e classificar o mundo. Esses falantes têm uma história de resistência, de contato. Então a gente pensa essas questões linguísticas que apagam e invisibilizam a língua, e depois ao mesmo tempo requer desse falante, que foi todo o tempo estigmatizado nas suas histórias de vida, colocando: *aquilo não é a língua, aquilo é um “patuá”, aquilo ali é uma “gíria”* – como se fala aqui no Amazonas. Primeiro coloca a língua numa categoria menor. Mas depois, num determinado contexto, você exige que para que esse falante seja reconhecido, ele tenha essa língua. A gente vive nessa dualidade. Os linguistas indígenas nos Estados Unidos estão dizendo: “*tem de se ampliar essa percepção de língua; a língua não é só gramática, não é só dicionário, língua é vida, é território*”¹⁴. Eu acho que no Brasil a gente tem de pensar essas questões. Independente de estarem na aldeia, independente de estarem no universo urbano, essa relação língua e território, língua e poder, língua e política deve ser levada em consideração em qualquer projeto político-pedagógico, qualquer projeto educacional de acessibilidade, qualquer projeto de implementação de política. A gente deve estar muito atento a isso. Até porque, eu falo que gosto tanto dessa área das ideologias linguísticas e acho que pode ser muito frutífera, bem no viés de um autor chamado Paul Kroskrity¹⁵, que é um dos especialistas dessa área nos Estados Unidos. Ele recorrentemente fala que as ideologias linguísticas são muito mais do que representação e associação, são uma gramática social da vida. É assim que eu vejo. São recorrentemente acionadas nas atividades do dia-a-dia, nas ideias, nas crenças, que temos sobre nós, de nossas línguas e também das línguas dos outros. Eu vejo a língua do outro como “*patuá*”, porque eu acho que aquela ali é uma língua menor, e nem tem um status de língua. E aí a gente precisa entender que essas ideias e crenças não estão flutuando no ar. Elas têm casas, elas têm lugares, elas têm corpos.

Larissa Guimarães: Professora, recorde uma das revistas de divulgação científica do INPA, de 2010, em que há uma matéria sobre o seu trabalho desenvolvido no município de Lábrea/AM junto com jovens indígenas Paumari e Apurinã. Você toca na questão das ideologias linguísticas, e gostaria de destacar dois contextos: atitudes linguísticas e experiências linguísticas. Existem desafios sociais e linguísticos, porque o linguístico não escapa dessa esfera e de realidades multilíngues. A gente percebe que esses desafios – de realidades multilíngues – estão presentes em todo o território nacional. A gente enfatiza regiões de fronteira, mas o monolinguismo é imperati-

¹⁴ HALEY De Korne & WESLEY Y. Leonard. (2017). Reclaiming languages: Contesting and decolonising ‘language endangerment’ from the ground up. In Wesley Y. Leonard & Haley De Korne (eds) Language Documentation and Description, vol 14. London: EL Publishing. pp. 5-14.

¹⁵ Cf. KROSKRITY, Paul V. “Language Ideology. P. 496-517”. IN: Duranti, Alessandro. 2007. A Companion to Linguistic Anthropology. Blackwell Publishing; WOOLARD, Kathryn A. “Introduction: Language Ideology as a Field of Inquiry. P. 3-47”. In: Bambi B. Schieffelin, Kathryn A Woolard, and Paul V. Kroskrity (eds.). Language Ideologies: Practice and Theory, New York: University Press, 1998.

vo. Queria trazer à reflexão essa questão das atitudes linguísticas e das experiências linguísticas.

Ana Carla Bruno: Complementando essas questões que vocês tão trazendo à tona, eu acho que não tem lugar melhor para gente pensar isso do que o universo escolar. O universo escolar traz essa problematização da língua do outro. Não necessariamente a língua indígena. Pensemos qual variante é mais importante. O falante que não tem tanto acesso a livros, a leituras... que na sua construção familiar, da sua trajetória, é silenciado... A escola é um lugar de violência linguística. Bourdieu ajuda a gente a pensar muito nessa questão do mercado linguístico, o valor que a língua ocupa, as redes de relações que esses sujeitos falantes criam. Como digo, não só o falante com a sua gramática no ato ou a sua sentença, mas esse falante com corpo, num determinado lugar, associado a um determinado grupo étnico, e mesmo a questão do gênero na língua. Eu acho que a gente está subestimando também as possibilidades e os dispositivos que esses falantes estão acionando. Essas micropolíticas cotidianas, do dia-a-dia, dos indígenas em Lábrea são um exemplo disso, quando você dá aula na sua própria casa, para os seus sobrinhos, para língua não morrer, permanecer; e só depois você aciona uma escola. A gente sempre quer ver essas grandes políticas no material didático, na política brasileira. Mas acho que tem questões para se pensar essas micropolíticas que são muito importantes. É um desafio? É um desafio, mas a gente tem de estar atento para essas questões também. Vinicius, você entrou no ponto de como essa ideia de ideologia está carregada. Em inglês, a área que problematiza essas questões é chamada de *language ideology*. Tem inúmeros autores, inúmeros livros e, infelizmente, esse material está em inglês. Essa é a dificuldade de acesso para os alunos do Brasil. O que a gente tá falando quando chamamos de *language ideology* e que aqui estamos chamando de ideologias linguísticas? São as representações, essas crenças, essas ideias que permeiam as línguas. Pensar essas questões que aqui no universo amazônico é muito importante. Então estou tentando que mais alunos estudem essa questão, mas o desafio começa em compreender o que é essa ideia. Primeiro, compreender a literatura de *language ideology* que não é pouca, mas não se tem no Brasil. O problema é o acesso a esse material. E aí você tocou numa questão porque, de fato, hoje quando a gente fala de “ideologia”, a palavra ideologia está muito carregada também.

Larissa Guimarães: Quais os desafios de trabalhar com projetos na área de Linguística Antropológica no Brasil e na Amazônia, diante dos constantes cortes de verbas e bloqueios orçamentários?

Ana Carla Bruno: Um dos desafios é de fato cortes de recursos. Veja, pesquisa na Chamada Universal do CNPq esse ano [2022] e o ano passado [2021] – sempre foi um edital muito aberto. Tinha possibilidades para o pessoal de Humanas, Exatas, Ciências da Natureza, Ciências Biológicas. Ano passado a gente viu que o Universal – além da diminuição do recurso, obviamente – tinha um perfil de que tipo de pesquisa eles queriam que fossem abordadas, que fossem trabalhadas e que seriam financiadas. Certamente, esse tema de ideologias linguísticas não seria financiado. Eu tenho tentado na FAPEAM e acho que agora abriu um edital novo que está para Humanidades, e eu vou submeter certamente, já que foi aprovado anteriormente mas não tinha recursos. Agora, espero que seja aprovado com recursos. A grande questão – e aí, de novo, eu repito! - um desafio para a área de linguística antropológica - assim como para *language ideology* – é que muito da literatura de Linguística Antropológica ainda está em inglês. A gente vive num país muito desigual. É sabido. A gente sabe quem é que tem acesso a cursos de inglês. Eu fui aprender inglês depois de adulta, na marra, indo para os Estados Unidos, com o professor Denny Moore pagando o curso de inglês para eu poder fazer TOEFL e GRE. Então não dá para exigir muito. Claro, a gente sempre teve uma pós-graduação que também exigia muito dos alunos: você tem de saber inglês, você tem de saber francês. Então, se você não tem essa proximidade com a leitura em inglês, você

vai ter dificuldade de descobrir e conhecer a área. Não é justo falar que no Brasil nunca houve a formação nos quatro campos. Mas a Linguística Antropológica foi mudando no decorrer da sua história. Quando começou com Boas, era muito isso de coletânea das narrativas dos grupos indígenas, estudar as estruturas e as classificações das línguas. Mas a área foi mudando muito. E acho que no Brasil a gente parou nisso, de pensar narrativas indígenas; e não de pensar a língua nesse universo permeado por relações de poder. Quando no Brasil se fala isso, se associa logo a análise do discurso, que é outra área da linguística. A Antropologia Linguística discute com alguns autores da área da análise do discurso também, mas a Linguística Antropológica está dialogando com a Antropologia, com autores da Antropologia (ferramentas, métodos, conceitos) para pensar a língua num contexto, “*o que é que os falantes estão fazendo quando falam*”, ou até quando silenciam, ao questionar o papel do silêncio. Era parte disso que a gente fazia, eu e Frantomé, no PPGAS: o que é que é essa área da Linguística Antropológica. Estou pecando pois não tenho dado, desde 2019 a disciplina não é ministrada. Pensar o contexto brasileiro hoje, de redução de recursos, é triste porque o espaço acadêmico não é neutro, e qual tipo de conhecimento eu quero produzir? Quais são os objetos que podem ser problematizados no universo das pesquisas e de financiamento? E nesse contexto de redução de recursos, isso fica mais complicado.

Vinicius Benvegnú: E o próprio mercado editorial também absorve essas disputas quando escolhe o que será traduzido, o que será publicado. Às vezes é uma questão acadêmico-econômica de interesses de quem que vai publicar e se vai traduzir e vou aproveitar para fazer a divulgação de que a revista Wamon está com uma sessão nova, de traduções. O periódico está aberto para traduções de artigos e de capítulos de livros para os novos números.

Ana Carla Bruno: Que bom saber disso. O professor Frantomé e eu havíamos começado a pensar em fazer um livro. Fariamos um livro para falar da área: o que é Linguística Antropológica. O Frantomé já havia anotado mais ou menos a estrutura do livro, “*Ana, eu conto contigo nessa parceria, a gente vai fazer*”. O que aconteceu foi que na semana em que íamos sentar para discutir que tema seria esse livro, o Frantomé encantou. Nunca vi o esboço, nunca vi... Não fui atrás das coisas que ele estava fazendo, mas tenho nas nossas últimas trocas de mensagens: “*está tudo certo para semana que vem para gente sentar e discutir o livro sobre Linguística Antropológica?*”. Eu fico muito feliz pela Revista Wamon estar atenta à questão das traduções. Eu vou pensar em um texto que possa falar um pouco do que é a área, até para começar a pensar essas questões. Eu tenho me esforçado muito para que alunos e alunas queiram trabalhar um pouco sobre isso – não forçar, porque cada um chega com seu tema – recomendo muito. “*Você já pensou nisso? Pense nisso no seu universo de pesquisa*”. Então trago isso nas disciplinas.

Larissa Guimarães: É uma área que sabe mais quem trabalha, quem se interessa, quem envereda para Linguística Antropológica, por vezes falada Antropologia Linguística, do que necessariamente um campo muito difundido. É um campo nebuloso, digamos assim, nas graduações – mesmo em Antropologia não é tão discutido. É muito mais voltado para outras discussões de Antropologia Cultural, Social. A Antropologia Linguística acaba se tornando às vezes uma única disciplina, realizada em apenas um semestre. Mesmo a Revista Brasileira de Antropologia Linguística é de conhecimento de poucas pessoas.

Ana Carla Bruno: A Antropologia, por essência, é feita com esses elementos que são permeados e cruzados com questões da linguagem. Claro, se você vai fazer Antropologia Política, pensar território, você não necessariamente precisa dar um foco na língua. Eu entendo isso. Acho que a Antropologia Brasileira é muito poderosa nesse sentido, o Brasil, com sua especificidade, enveredou por uma área da Antropologia. A Antropologia é inúmera, é múltipla. A gente tem tantas

questões... a pandemia também com essa questão da Antropologia nas redes... são tantas especificidades que a Linguística Antropológica se torna um pedacinho. Os autores que tradicionalmente são da área. Jane Hill, Paul Kroskrity, Susan Phillips, Don Kulick, Norma Mendonza Denton, Rudolf Gaudio, Alessandro Duranti, Kathryn Woolard, Asif Agha, Michael Silverstein, Joel Kuipers e inúmeros linguistas antropólogos que trabalham... eles estão dialogando mais com a Antropologia. O que a Linguística Antropológica faz é etnografia. É pensar a língua e seguir o sujeito. Eu teria inúmeras teses para mostrar para vocês da área de Linguística Antropológica e vocês veriam como de fato é diferente. O foco é a língua, mas pensando a língua do ponto de vista etnográfico. Estou etnografando e pensando esses sujeitos e o que é que esses sujeitos estão fazendo com suas línguas e sobre elas. Há certas especificidades, é uma área que é um universo. Uma tese que mostra claramente o que estou tentando explicar é a tese da Sarah Shulist “In the house of Transformation: Language revitalization, State regulation, and indigenous identity in Urban Amazonia”. Eu adoraria que esta tese estivesse em Português.

Vinicius Benvegnú: Recordei o que o Alfredo Wagner sempre fala, citando Bourdieu, “*não há ação sem sujeito e não há língua sem sujeito*”. Não dá para ser só estrutura, a língua está na vida, para além de algo superior que se mantém.

Ana Carla Bruno: Claro que entendo que essa é uma preocupação da Linguística. Se vocês forem ver minha tese, é basicamente linguística. Eu saí com esses dados do Brasil. Fui descobrindo a área de linguística antropológica lá nos Estados Unidos. Só depois que eu falei: “*gente, é isso*”. Entender, dialogar, estudar com os antropólogos... eu tive professores linguistas, tive, mas a maioria dos professores eram antropólogos, antropólogos mesmo. Que estavam sempre pensando a língua em contexto. Em minha tese sobre a língua Waimiri-Atroari, fiz um esboço gramatical, pensei a estrutura da língua. Mas só depois, com formação, com as leituras, com uma explosão de coisas, só depois de formada é que vou para campo com esse olhar “*o que as pessoas estão fazendo enquanto falam*”. Quando fui para os Estados Unidos já tinha muitos dados e muitas narrativas porque eu tinha vivido entre os Waimiri Atroari. Eu possuía o material bruto já. Mas os dados que eu tinha coletado não eram dados num viés da Linguística Antropológica, como eu me formei. Mas aí, eu não tinha recurso para voltar para os Waimiri, ficar entre Estados Unidos e Waimiri, não. Basicamente, fiquei 5 anos nos Estados Unidos entre Mestrado e Doutorado, porque foi quando passei do Mestrado para o Doutorado direto. Cadernos e cadernos com estruturas narrativas da língua, muitas histórias, discussão de questão de ortografia – pois tem uma parte da minha tese que discute essa problemática da Ortografia, *se escreve assim, se escreve assado...* – as questões políticas, mas não estive atenta a uma etnografia do que os falantes estavam fazendo. Não, não foi isso. Só depois da minha formação, quando eu terminei, é que aí comecei a pensar nos elementos, e falei: “*gente, tem muita coisa!*”. E aí, é como eu digo: eu acho que a Amazônia, estar num universo amazônico... se essa área se consolida no Brasil, a gente iria ter muita coisa interessante para discutir. Muita!

“NADA PARA NÓS SEM NÓS”: A DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS (2022-2032)

Larissa Guimarães: Se você pudesse falar um pouco desse processo de construção da Década, que inicia em 2022 e vai até 2032. Essa Década foi instituída pela UNESCO em 2020, no meio da pandemia de Covid-19 foi lançado o Grupo de Trabalho Mundial da Década. E a representante brasileira no GT Mundial da Década é a Altaci Kokama. Ela é indígena Kokama e professora na Universidade de Brasília (UnB). Com a *Declaração de Los Pinos*, elaborada no México em 2020, foram definidos os fundamentos para a construção do Plano de Ação Global para a Década, e

há também a construção do Plano a nível Nacional. E foi a partir da *Declaração de Los Pinos* que foi firmado esse tema: “*Nada para nós sem nós*”. Tem ecoado bem forte e é interessante a gente contextualizar que existe esse movimento, que os encontros têm acontecido, tive oportunidade de acompanhar o encontro da região Norte e Nordeste e inclusive tem o GT dentro da Década do Brasil que trata do Português indígena, um tema que não é unísono, há quem concorde e quem discorde. O “*Nada para nós sem nós*” é isso, é a participação de indígenas na construção da Década no Brasil. Se você puder comentar esse processo, qual sua expectativa para essa próxima década no campo das políticas linguísticas voltadas para as populações indígenas.

Ana Carla Bruno: Ao mesmo tempo que tenho acompanhado muito de perto a elaboração do Plano do Brasil para encaminhar à UNESCO, o que estamos pensando em fazer para a Década, quais são as questões que a gente tem de língua, quais são as questões que a gente tem de políticas linguísticas. Primeiro, dizer que uma coisa que me deixa muito esperançosa – tem a esperança e tem a desesperança também – é você ter os indígenas à frente. Porque assim, todas as áreas de conhecimento têm disputas. A Ciência é permeada por um universo social. Assim também é no campo das línguas indígenas. Disputas entre instituições, entre pesquisadores, algumas pessoas que se sentem mais donas das línguas do que outras. Também tem em Antropologia, também tem no universo das Ciências Biológicas. E é muito legal ter os indígenas à frente, que é isso, né, “*Nada para nós sem nós*”, esse mote é importantíssimo. Acho que são os indígenas que têm de realmente definir o que pensam, o que querem das suas línguas na próxima década, mas também expectativas de futuro. A diversidade linguística do Brasil é muito grande, mesmo dentro do estado do Amazonas, se a gente for pensar o estado do Amazonas, a gente tem uma diversidade do ponto de vista não só de número de línguas, mas de situações que essas línguas se encontram. E se a gente pensar em uma só etnia. Não é estar falando de etnias diferentes ou povos diferentes. A gente está falando de um só povo com situações linguísticas bastante diferenciadas. Naturalmente no espaço doméstico os pais falando com seus filhos, outra, a comunidade vizinha não necessariamente está na mesma situação... então é importante pensar essas questões dentro das próprias etnias e não exigir que seja unísono, porque também é um tabu pensar: todo mundo tem de defender as línguas indígenas? Alguns grupos, dependendo do histórico que eles viveram de estigmatização, isso pode não ser tão confortável. Então acho que todo mundo que estiver participando da Década tem de estar atento para essas questões e também a gente tem de acabar com essa questão do purismo. Por que não uma língua indígena no forró, no *rap*? Por que não uma língua indígena no *slam*? Por que não a língua indígena em outros universos, né? Não é só pensar gramática e dicionário, mas é pensar nas múltiplas possibilidades e espaços que essas línguas podem ocupar. Nós da Linguística temos muito uma tradição de ir atrás dos velhos, “*os velhos que sabem falar as línguas*”, são os velhos que a gente tem de conversar com as línguas. Infelizmente com a pandemia, a gente teve muitas perdas. E, sim, o conhecimento dos mais velhos sobre suas línguas são importantes. Mas a gente tem de atentar também para os jovens. São os jovens que vão dar continuidade a essas línguas. A comunidade Kokama está de parabéns com isso, estou muito feliz que a Altaci esteja a frente desse movimento porque eu acho que a Altaci vem fazendo mágica com a língua Kokama aqui no espaço urbano de Manaus e motivando também os Kokama nos outros municípios, fazendo com que os jovens se envolvam e as crianças também - com seus limites e com suas possibilidades - em atividades que envolvam a língua e que a língua tenha um sentido para essas comunidades também... acho que para além de um conjunto de diretrizes, de normas e de regras, é você ver que essas línguas têm falantes que estão permeados por determinados universos sociais e políticos que têm disputas. Eu vejo a Década como uma maneira de visibilizar, dar mais visibilidade a essas línguas. Os indígenas que estão sempre estigmatizados tomem isso, utilizem e acionem essas micropolíticas – é claro, é um desafio enorme. Tem a Executiva da região Norte, região Sudeste, região Nordeste cada uma com suas especificidades. Além do português

indígena, questão das línguas de sinais indígenas. É um desafio absurdo porque a UNESCO propõe, mas é uma política e uma ação realizada por cada grupo, povo, comunidade. É desafio enorme. Todos os nossos encontros são virtuais. Assim, e se a gente quer chegar nas bases, nem sempre aquele agente social indígena que está desenvolvendo trabalhos nas suas línguas (que são essas micropolíticas que a gente precisa dar visibilidade) tem uma internet boa, não consegue participar. Ao mesmo tempo que aproxima e a gente pode agregar muita gente, ao mesmo tempo distancia porque nem todo mundo tem acesso à internet ou tem dados móveis que possam ficar horas e horas numa reunião. Então, tem essas dificuldades, mas a Executiva está fazendo um trabalho belíssimo. O ano passado todo, 2021 porque a gente iniciou a discussão no início do ano e a gente foi elaborando o plano e mandou para a UNESCO. É importante lembrar que todos os documentos da UNESCO ou estão em inglês, ou francês, ou espanhol. Quando os indígenas do Brasil pedem o formulário e o questionário para também serem traduzidos para o português para os indígenas do Brasil também poderem ter acesso, a UNESCO coloca inúmeras dificuldades. Então, você quer fazer uma Década das Línguas, mas a Década das Línguas não dá acesso para todos. Acho que tem essas problemáticas que a gente tem de estar atento e o Comitê do Brasil está muito atento para isso. Estamos em processo de muitas discussões, a gente quer fazer exposições para dar visibilidade nas escolas. Então, tem um trabalho de formiguinha, de ir de escola em escola e o primeiro trabalho é dizer para os parentes o que é a Década. Acho que o primeiro passo, eu, Ana Carla, penso nisso. Eu tenho essa impressão que as comunidades discutam a importância das suas línguas. O que se perdeu até agora, o que querem que permaneça. Acho que para além de uma política nacional, precisa ter essas micropolíticas de cada povo, de cada comunidade. O pessoal do Comitê está muito preocupado em trazer essas questões. A Sâmela Ramos do Amapá, A Anari Pataxó, da Bahia, e a Altaci Kokama, elas são incansáveis! As outras discussões que eu participei foram assim, qual vai ser o levantamento das situações das línguas. Vai aproveitar o que o IPHAN já fez, o que o Museu Goeldi já tem, o que outras instituições têm para complementar, o que vai se fazer para não repetir ações. A gente está muito atento para muitas questões, tem muita colaboração, mas tem muito trabalho para ser feito. A pandemia está atrapalhando? Está atrapalhando! E se a gente continuar com esse governo, eu acho que dá uma quebrada? Dá uma quebrada sim! Porque a gente está vendo sistematicamente como é que o Estado brasileiro está lidando com as questões indígenas. E aí não é só nem na questão das línguas. Como a situação educacional no país também está se desmantelando nessa questão da Educação Indígena, a gente está vendo o desmantelo geral da questão da política indígena no país. Acho que pensar a Década é pensar a resistência através da língua. São pequenos movimentos, mas a gente dá um pouco de visibilidade para essas línguas. Acho que para além das línguas, a minha questão é dar visibilidade para esses falantes e as questões sociais estigmatizantes que eles vivem. Quais são as condições sociais estigmatizantes que esses falantes vivem. Por isso conversei muito com o Alfredo [Wagner] sobre essa possibilidade de a gente pensar nas violências linguísticas. Ainda está muito no plano das ideias, mas a gente está pensando nessas questões. Ao mesmo tempo que eu tenho... dizendo depois de dez anos, realmente não sei. Eu quero estar viva, mas acho que é um movimento importante que os indígenas do Brasil precisavam se apropriar dessas discussões para além das instituições. Porque foi o que eu falei para você dos Estados Unidos e dos indígenas linguistas lá. Pensar essas línguas não apenas as suas estruturas gramaticais, mas língua como território, língua como espiritualidade, língua como identidade coletiva. Acho que os linguistas indígenas dos Estados Unidos há anos têm colocado o dedo na ferida do universo científico americano, dos linguistas lá. É o que os antropólogos indígenas estão fazendo aqui com a gente. Acho que é importante ressignificar e dar uma chacoalhada na gente. Mas faltava isso. É muito bom ver a Altaci junto com outros parceiros indígenas puxando essa discussão para além do universo acadêmico. Acho que é muito importante: dar visibilidade para esses falantes dessas línguas e as condições sociais, econômicas e políticas estigmatizantes que esses falantes vivem. Penso que a Década pode contribuir para isso.

Recebido: 16/05/2022

Aceito: 19/05/2022